



BOLETIM

tributário

GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

DIRECTOR: Felciano Lecuane

EDIÇÃO Nº 100

MARÇO - 2016



**Homenageando os nossos
Contribuintes!**

IVA eleito imposto do ano

Pg. 8

Cidália Chaúque profere
palestra na AT

Pg. 10

Director Geral de Imposto
em entrevista à STV

Pg. 20



Missão

Ser uma Administração Tributária de referência internacional na prestação de serviços tributários e no controlo aduaneiro de excelência.

Visão

Arrecadar receitas para os cofres do Estado, para viabilização do financiamento da despesa pública e facilitar o comércio legítimo.

Valores

Legalidade, Eficiência e Integridade (LEI).



Bem haja o contribuinte!

Estimado leitor,

Desde o passado dia 22 de Março do presente ano, mais uma data comemorativa entrou para a história do país: o Dia Nacional do Contribuinte. Esta data coincide com o criação da Autoridade Tributária de Moçambique, há 10 anos, uma instituição que tem como principal missão a colecta de receitas provenientes dos impostos internos, bem como dos impostos sobre o comércio externo.

O Dia Nacional do Contribuinte surge a propósito do reconhecimento do papel crucial desempenhado pelo contribuinte, enquanto principal actor da fiscalidade. De facto, como disse o Ministro da Economia e Finanças, por ocasião da cerimónia central do Dia Nacional do Contribuinte, o imposto constitui a principal e a mais sustentável fonte de financiamento dos programas de desenvolvimento económico e social do país. Isto reforça a importância do papel do contribuinte, cujo contributo fiscal tem permitido a redução da dependência económica externa do país e da pobreza absoluta.

Com efeito, podemos dizer que o Dia Nacional do Contribuinte representa uma homenagem oportuna e bastante merecida a todos aqueles que, de forma voluntária e com espírito de cidadania fiscal, prestam o seu contributo para a construção do país. Esta data convida-nos, igualmente, a reflectir em torno das estratégias visando o alargamento da base tributária e o contínuo aperfeiçoamento do sistema fiscal.

Deste modo, felicitamos a todos os contribuintes, fazendo votos de que continuem comprometidos com a criação do bem-estar do povo moçambicano, através do pagamento regular do imposto.

O Director

Feliciano Leucane

d

Domingo 07.03.16 (Jornal)

CTA E AT capacitam quadros

A Confederação das Associações económicas de Moçambique (CTA), em coordenação com a Autoridade Tributária de Moçambique (AT), através da Direcção Geral das Alfândegas (DGA), organizou semana finda, na cidade de Maputo, workshops de capacitação sobre a figura do Operador Económico Autorizado (OEA).

p

Ponto Certo 08.03.16 (Jornal)

Alfândegas frustram tentativa de contrabando de 372 caixas de whisky

Como resultado de um trabalho de inteligência, as Brigadas Móveis, no âmbito das suas atribuições de fiscalização, apreenderam, na manhã da última sexta-feira, na zona da Massaca, província de Maputo, duas viaturas contendo um total de 372 caixas de whisky contrabandeado.

z

Zambeze 08.03.16 (Jornal)

Director-geral das Alfândegas preocupado com as receitas para o Estado

O Director-geral das Alfândegas de Moçambique, Ali Mallá, manifestou preocupação com a colecta de receitas para o Estado, devido à crise económica e à instabilidade político-militar em algumas áreas da zona centro do país.

e

Esquento 11.03.16 (Jornal)

AT elege IVA como imposto do ano

A Autoridade Tributária de Moçambique (AT) elegeu para presente ano económico, 2016, o Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) como o imposto do ano.

PROPRIEDADE:
Autoridade Tributária de Moçambique

PRESIDENTE:
Amélia M. Nakhare

DIRECTOR DO GABINETE DE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM:
Feliciano Lecuane

CHEFE DE DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM:
Haydn Joyce David

COORDENADOR EDITORIAL:
Bernardino Manhaussane

REDACÇÃO:
Bernardino Manhaussane, Edna Simão, Fenias Zimba

COLABORADORES:
Ricardo Nhantumbo, Helmano Nhatitima, José Massaruge, Elísio Massangaie

MAQUETIZAÇÃO: Horizon Marketing & Services

FOTOGRAFIA: Ricardo Nhantumbo, Edgar Manhiça

IMPRESSÃO: Horizon Marketing & Services

ENDEREÇO/CONTACTO:
Av. 25 de Setembro, Nº 2815, Prédio 33 andares, 4º Andar
gcimagem@at.gov.mz | gcimagemat@gmail.com | Telefax: 21 404939
MAPUTO - MOÇAMBIQUE



Foto de família, com todos os contribuintes distinguidos

Dia Nacional do Contribuinte

Autoridade Tributária reconhece o papel do contribuinte no desenvolvimento do país

“O Imposto constitui a principal e a mais sustentável fonte de financiamento dos programas de desenvolvimento económico e social do país”,
– considera Adriano Maleiane, Ministro da Economia e Finanças

Por: Bernardino Manhaussane

Como forma de reconhecer o papel determinante que os contribuintes jogam para o sucesso do nobre desiderato de garantir os recursos para a operacionalização dos programas de desenvolvimento do país, a Autoridade Tributária de Moçambique (AT) decidiu estabelecer o dia

22 de Março como sendo o Dia Nacional do Contribuinte. Esta data, que coincide com a criação da instituição, a 22 de Março de 2006, constitui um marco importante para todos os actores da fiscalidade, especialmente para a administração tributária e os contribuintes.

Assim, no passado dia 22 de Março do corrente ano, dia em que a AT completa dez anos de existência, foram premiados, nos segmentos de pequenos, médios e grandes, os melhores contribuintes do exercício económico de 2015. Esta classificação baseia-se no pressuposto de que os contribuinte, sejam eles gran-



Adriano Maleiane, Ministro de Economia e Finanças, exibindo o seu cartão de NUIT

des, médios ou pequenos, são todos parceiros-chave e razão de ser da administração tributária. A sua participação através do cumprimento das suas obrigações fiscais é fundamental para a mobilização de receitas do Estado, garantindo, deste modo, a sustentabilidade das finanças públicas.

Com esta iniciativa, refere a Presidente da AT, Amélia Nakhare, pretende-se que a passagem do dia 22 de Março seja, todos os anos, a nível nacional, uma data comemorativa em que, por um lado, serão realizados vários eventos em reconhecimento ao papel da AT e, por outro lado, aos contribuintes como agentes fundamentais para o desenvolvimento do nosso país.

Tal como afirmou o Minis-

tro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, por ocasião da comemoração

Dez anos de existência com progressos assinaláveis

Desde a sua criação ao presente momento, a Autoridade Tributária de Moçambique tem vindo a registar notáveis progressos. No domínio da cadastração fiscal, quando a AT entrou em funcionamento, em 2006, existiam apenas 391 mil contribuintes registados, contra os actuais 4.274.284 contribuintes cadastrados (até o dia 21 de Março de 2016), dos quais 4.193.775 são singulares, que correspondem a 98%, e 80.509 são colectivos, representando 2%. Com a cobrança de receitas, foi possível elevar para 74,4%

do Dia Nacional do Contribuinte, o imposto constitui a principal e a mais sustentável fonte de financiamento dos programas de desenvolvimento económico e social do país. Actualmente, o imposto colectado responde em mais de 85% das receitas totais do Estado, daí que um dos grandes desafios do país, nestes últimos anos, especialmente na actual conjuntura, é garantir a sustentabilidade das finanças públicas, visando a promoção do crescimento sócio-económico equilibrado e sustentável, garantindo deste modo o combate à pobreza.

o nível de cobertura do orçamento pelas receitas internas, contra um nível de 57.2% alcançado em 2006, o que representa uma redução considerável do índice de dependência externa.

Por outro lado, a AT tem vindo a dedicar especial atenção ao processo de modernização tecnológica dos serviços que presta, visando oferecer maior comodidade aos contribuintes no cumprimento das suas obrigações fiscais. Foi assim, em 2011, implementada a Janela Úni-



Pormenor da entrega de menção honrosa a um contribuinte

ca Electrónica (JUE), que, após cinco anos da sua operacionalização, constitui referência no tocante à adopção de tecnologias de informação e comunicação para a gestão dos processos relativos ao desembaraço aduaneiro de mercadorias, facilitação do comércio e melhoria do ambiente de negócios em Moçambique. Até ao dia 9 de Dezembro de 2015 contavam-se um milhão de declarações processadas através da JUE e até à mesma altura tinham sido colectados, através desta ferramenta, cerca de 105,731 milhões de meticais para os cofres do Estado. A par desta ferramenta de facilitação do processo

de cobrança de receitas sobre o comércio externo, a AT apostou na e-Tributação, uma plataforma que possibilita o pagamento de impostos electronicamente, ou seja, através da internet ou serviços bancários, como é o caso de ATM, Internet Banking, Serviços Móveis e outros. Para a operacionalização deste processo, foi necessário disponibilizar uma ferramenta, denominada e-Declaração, através da qual o contribuinte poderá submeter as suas declarações. Nesta primeira fase, o e-Declaração possibilita a submissão do IVA, modelos A, C e E; ISPC, modelo 30; IRPC, modelo 39 e; IRPS, modelo 19. O serviço

e-Tributação encontra-se na sua fase piloto, estando a vigorar nas Unidades de Grandes Contribuintes de Maputo e Matola, sendo que gradualmente será expandido para todas as unidades de cobrança.

Ainda no âmbito da facilitação do cumprimento das obrigações fiscais, a AT introduziu, nas suas unidades de cobrança, o sistema de filas de espera. Este serviço, que, igualmente, se encontra em fase piloto, visa garantir que os poucos contribuintes que não puderem aderir aos meios electrónicos possam beneficiar de um atendimento mais cómodo na sua Área Fiscal. Neste momento, o



Alguns participantes do evento

serviço de Filas de Espera já foi introduzido em quatro unidades de cobrança, nomeadamente, no 1º e 2º Bairro Fiscal de Maputo, no Balcão de Atendimento ao Contribuinte, do Prédio 33 Andares e na Direcção da Área Fiscal da Matola. Contudo, o processo de montagem do sistema de filas de espera noutras unidades de cobrança encontra-se em curso.

Uma outra inovação da administração tributária é a Central de Atendimento da AT, um serviço criado com a finalidade de receber e enviar um grande volume de pedidos, bem como realizar denúncias, o qual já se encontra operacional através do número **1266**, proporcionando in-

teracção directa entre o contribuinte e o fisco, via telefone e email. A Central de Atendimento da AT constitui o ponto de contacto com a instituição e permite diminuir o afluxo dos contribuintes às unidades de cobrança ou balcões de atendimento ao contribuinte, que pretendem apenas solicitar esclarecimentos pontuais.

Para além destas iniciativas, a AT tem vindo a adoptar estratégias visando o controlo da evasão e sonegação fiscais, Daí que a administração tributária pretende introduzir, no país, o uso de máquinas fiscais, que são dispositivos electrónicos com capacidade de recepção, processamento, armazenamento e

envio de informações relativas às operações realizadas no balcão por retalhistas, grossistas e outros sujeitos passivos elegíveis à luz da lei fiscal em vigor.

Mesmo para garantir a recuperação de receitas do Estado e o incremento dos níveis de arrecadação de receitas, a AT definiu o ano de 2016 como sendo o "Ano IVA". Com efeito, foi lançada, no passado dia 8 de Março, a Campanha de fiscalização à facturação, que decorre à escala nacional, visando incentivar a todos os sujeitos passivos a pautarem pela emissão e exigência da factura ou documentos equivalentes, na transmissão de bens ou serviços.

No âmbito das estratégias de arrecadação das receitas do Estado

AT elege IVA como o imposto do ano

Por: Bernardino Manhaussane



Amélia Nakhare, Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique, intervindo por ocasião da cerimónia de lançamento do Ano IVA

A Autoridade Tributária de Moçambique (AT) elegeu para o presente ano económico, 2016, o Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) como o imposto do ano. A iniciativa enquadra-se na campanha de Educação Fiscal e Aduaneira e Popularização do Imposto, lançada em 2010, que, este

ano, visa dedicar uma atenção especial a este imposto.

O IVA é um imposto de tributação indirecta, que incide sobre as transmissões de bens e as prestações de serviços efectuadas a título oneroso no território nacional, bem como sobre as importações, cuja taxa aplicável é de 17%.

Estão sujeitas ao IVA, de entre outras, as pessoas singulares ou colectivas residentes ou com estabelecimento estável ou representação em território moçambicano que, de um modo independente e com carácter de habitualidade, exerçam, com ou sem fim lucrativo, actividades de produção, comércio e prestação de serviços, incluindo as actividades extractivas, agrícolas, silvícolas, pecuárias, entre outras.

De acordo com as estatísticas da arrecadação dos impostos pela AT, o impacto do IVA nas receitas provenientes da tributação sobre as operações internas e sobre o comércio externo (importações) é de aproximadamente 20% e 50% respectivamente.

Segundo o Porta-voz da AT, Haydn Castelo David, definir o IVA como imposto pilar para o ano económico em curso é uma forma estratégica de garantir uma maior eficácia na arrecadação das receitas fiscais, uma vez que este tem um impacto significativo no desempenho da arrecadação de outros impostos, pelo que a eficiência na cobrança do IVA pode gerar impacto positivo na arrecadação das receitas do Estado.

Por outro lado, e ainda dentro desse objectivo, a AT, no âmbito da modernização tecnológica que ocorre na administração tributária, pretende introduzir as máquinas fiscais como forma de melhorar, fa-



Agentes económicos convidados ao lançamento do Ano IVA



AT capacita funcionários em matérias de fiscalização à facturação

No âmbito da eleição do IVA (Imposto sobre Valor Acrescentado) como imposto pilar para o ano 2016, mais de 200 funcionários da Autoridade Tributária de Moçambique, à escala nacional, tanto da carreira aduaneira como dos impostos internos, foram submetidos a uma formação, que teve lugar entre os dias 15 a 19 de Fevereiro último, em matérias de fiscalização à facturação. A formação teve em vista, entre outros aspectos, dotar os funcionários da instituição de competências necessárias em matérias de facturação em Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA), fiscalização de mercadorias e controlo pós-desembaraço.

A capacitação, cujo propósito é a realização de uma campanha de fiscalização à facturação a nível nacional, também proporcionou aos participantes conhecimentos sólidos em matérias relacionadas com formas de identificação de descaminhos, subfacturações, contrabandos, emissão de facturas, tipos de facturas, entre outros aspectos.

Com efeito, espera-se que estes funcionários envolvidos em actividades de fiscalização, possam melhor controlar as facturas que lhes têm sido apresentadas pelos agentes económicos e reduzir a circulação de mercadorias com facturas falsificadas, controlar a correcta emissão das facturas nos estabelecimentos comerciais, incrementando, deste modo, o nível de arrecadação de receitas do Estado.

cilitar e agregar maior comodidade na liquidação do IVA.

“É comum, em estabelecimentos comerciais, os comerciantes, para não emitirem facturas, aliciarem os consumidores a comprarem os produtos sem IVA incluído, alegando que o preço fica mais barato. Contudo, essa informação é falsa e enganosa, visto que, por lei, os preços dos produtos são todos afixados já com IVA incluso, e quando não se exige a factura o IVA que é pago não devidamente canalizado para o Estado. Por outro lado, certos comerciantes desonestos emitem factu-

ras inválidas, isto é, que não obedecem aos padrões exigidos pela administração fiscal, para efeitos de dedução do IVA a pagar ao Estado”, acrescentou a nossa fonte.

Neste contexto, a AT programou para o presente ano diversas actividades, sendo de destacar a realização de uma rifa em torno do IVA (um concurso que visa sortear e premiar pessoas que exigirem facturas nas suas transacções comerciais), fiscalizações porta-a-porta, palestras, e road-shows, no âmbito da Campanha de Educação Fiscal e Aduaneira e Popularização do Imposto.



Presidium, destacando-se, ao centro, a Ministra do Género, Criança e Segurança Social

“Equidade de Género passa pela alfabetização da mulher”

– Afirma Cidália Chaúque, Ministra do Género, Criança e Acção Social

Por: Fenias Zimba

A Ministra do Género, Criança e Acção Social, Cidália Chaúque considera que a equidade de género e o empoderamento da mulher passam necessariamente por se garantir o acesso e permanência da rapariga na escola. Chaúque fez estes pronunciamentos durante

uma palestra dirigida aos funcionárias da AT, no dia 10 de Março corrente, em Maputo, por ocasião da passagem do Dia Internacional da Mulher, celebrado a 8 de Março.

Segundo Cidália Chaúque, a violência doméstica e os casamentos prematuros consti-

tuem ameaças à afirmação da mulher na sociedade, sendo que para além das acções que o governo tem estado a realizar, é necessário o envolvimento de todos na luta pela emancipação da mulher.

De acordo com esta dirigente, as mulheres são excelen-



Alguns participantes do evento

tes educadoras. Com efeito, desafiou as funcionárias da AT a envolverem-se com afinco na sensibilização dos contribuintes sobre a importância do pagamento do imposto, de modo que o Estado possa melhor responder às preocupações do povo.

Na ocasião, a Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique, Amélia Nakhare, a quem coube apresentar a palestrante, descreveu a mulher da AT como sendo uma batalhadora, que procura todos os dias “desbravar” o território moçambicano à procura de receita. *“Esta mulher vencedora merece a nossa homenagem. Hoje, decidimos dar o ode às mulheres da AT através da voz de outra mulher, que é “mãe” das mulheres moçambicanas.”*, rematou.

Refira-se que a actual Ministra de Género, Criança e Acção Social, Cidália Chauque, foi membro activo da Organização da Juventude Moçambicana (OJM), Deputada da bancada parlamentar da Frelimo e Governadora de Nampula.



À esquerda, Presidente da AT, com os aniversariantes do dia 8 de Março.



Corte do bolo, alusivo ao Dia Internacional da Mulher



Augusto Tacareindua, Director Geral de Impostos

Fisco vai premiar contribuintes que passarem facturas

Numa entrevista concedida à STV, a 18 Março do presente ano, o Director Geral de Impostos, Augusto Tacareindua, admite que, face à fuga ao pagamento do IVA e à importância que aquele imposto tem para as receitas do Estado, venham a existir mecanismos de premiação para quem passar mais facturas. Acompanhe o desenvolvimento desta matéria na entrevista que se segue.

Fonte: Jornal "O País"

STV: Por entender que o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) é extremamente importante para as receitas do Estado, a Autoridade Tributária (AT) elegeu 2016 como o ano deste imposto. Mas os dados que temos mostram que as receitas fiscais provenientes do IVA têm estado a cair nos últimos anos. Quais foram as razões que levaram a essa descida?

DGI: As receitas provenientes do IVA não têm vindo a crescer; se for a verificar as estatísticas, a cobrança do IVA

tem crescido. Entendemos que este crescimento podia ter sido muito maior, mas, definitivamente, não há nenhum abrandamento. Poderia ser maior, tendo em conta as verificações que fizemos relativamente ao nível de facturação efectuada pelos operadores.

STV: Porque é que a AT decidiu eleger de 2016 como o ano do IVA? Porquê um foco especial neste imposto e não em outros?

DGI: Por ser um dos impostos com peso significativo no

conjunto das receitas fiscais. Sendo assim, e tendo constatado que há estes estrangulamentos que se têm verificado, e para incrementar ainda mais a cobrança deste imposto - que tem peso significativo - temos de lançar algumas medidas adicionais para reverter a situação que se tem vindo a registar: refiro-me especificamente à questão da facturação. Verifica-se, muitas das vezes, os sujeitos passivos a usarem com frequência a terminologia "com ou sem IVA", e é isto que se pretende inverter.

STV: Qual é o contributo real do IVA e o impacto deste imposto nas receitas do Estado?

DGI: No que respeita às receitas fiscais, a contribuição do IVA ronda os 35 a 40%; já nas receitas globais do Estado, de 16 a 17%.

STV: Que impacto têm estes valores na economia do país?

DGI: Sendo uma das fontes de receita do Estado, o incremento da sua colecta irá permitir, naturalmente, robustecer ainda mais o Orçamento do Estado para fazer face às despesas necessárias ao seu funcionamento.

STV: O que se tem assistido, na nossa sociedade e a todos os níveis, é que quando alguém vai a um estabelecimento comercial, quer seja a um supermercado ou mesmo uma tabacaria, ouve-se sempre a voz do comerciante a questionar se quer pagar com IVA ou não, no sentido de que é mais barato pagar sem IVA e é mais caro pagar com este imposto. Em outros casos perguntam se vai pagar com dinheiro ou com cartão. Estes tipos de questionamento, estas opções que são colocadas aos clientes, são correctas?

DGI: É uma prática que constitui uma infracção. Nem o comerciante nem o comprador podem entrar neste tipo de conversa porque não se compadece com o que está

estabelecido na lei. A lei obriga à emissão de facturas nas transacções de bens ou serviços que são efectuados pelos agentes comerciais em geral.

STV: Como é que está a fiscalização, ou o controlo, de modo a garantir que os impostos que devem ser arrecadados pelos Estado cheguem ao seu destino?

DGI: Nós sempre adoptamos uma fiscalização porta-a-porta, e fazêmo-lo com frequência e usando equipas específicas para o efeito. Este ano, tendo sido declarado o ano do IVA, estamos a intensificar a capacitação e preparação destas equipas específicas para que façam chegar essas informações.

STV: Em que tipo de sanções é que os comerciantes incorrem ao fazerem estas opções?

DGI: Há uma penalização que está prevista na lei. É uma infracção porque está a desviar-se daquilo que a legislação, que é de cumprimento obrigatório, diz. É por isso mesmo que está previsto na legislação que, no caso da não emissão de facturas nas transacções, o agente incorre em multas específicas.

STV: Eliminando este tipo de situações, a AT acredita que se vai alargar a tributação ao nível deste imposto?

DGI: Eliminando esta prática que, no geral, é nociva para a sociedade, vai ser possível incrementar a cobrança deste imposto. Porque é um potencial que não está a ser explorado de forma deliberada pelos sujeitos passivos pela não emissão de facturas.

STV: A Autoridade Tributária terá números deste tipo de situações em que se terão aplicado multas?

DGI: Só tenho que lhe garantir que são inúmeros casos. É por isso que a decisão é esta, porque sabemos qual é o prejuízo que resulta da

não cobrança deste imposto. Tendo em conta o objectivo que os impostos têm para a sociedade, decidimos intensificar a fiscalização. Infelizmente, são práticas que se verificam frequentemente.

STV: Quem é que produz as facturas e qual é o mecanismo de fiscalização do cumprimento dos procedimentos?

DGI: Temos casos de facturas por saída de computador, e naturalmente a fiscalização fazemo-la através de uma verificação do sistema informático que este sujeito passivo usa; mas também as facturas produzidas por tipografias autorizadas e, neste caso, fazemos a fiscalização verificando a série dessas facturas.

STV: Não existem casos de falsificações de facturas? De comerciantes que têm duas facturas - uma para os clientes e outra para o Fisco?

DGI: Tem sido possível detectar esse tipo de situações e reprimi-las tal como está estabelecido na Lei. Há uma tendência do ser humano de experimentar o mal para ver o que resulta. Na nossa acção de fiscalização, temos detectado estes casos e penalizamo-los de acordo com a lei.

STV: Que utilidade prática tem uma factura, quer para o cliente ou consumidor, quer para o comerciante? E como podemos construir esta cultura da formalização das nossas compras e das nossas vendas?

DGI: O sujeito passivo que emite a factura tem a possibilidade de, em caso de ser permitido, fazer a dedução daquele IVA nas suas aquisições; mas, se não emite facturas, não terá essa possibilidade - esta é a grande vantagem que o sujeito passivo tem. E para o consumidor, primeiro sabe controlar as suas despesas porque tem lá as facturas das coisas que comprou; segundo, imaginemos que o cidadão queira fazer a devolução de um bem - sem a factura eventualmente não

lhe será permitido fazê-lo; por outro lado, é orgulhoso saber que está a contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Se não exige a factura, ele não saberá se o preço que pagou inclui ou não o IVA e, neste caso, estará a lesar o Estado, pois esse dinheiro fica na posse do comerciante.

STV: Sendo este o ano do IVA, que actividades concretas estão programadas no terreno para passar-se a mensagem que a AT pretende?

DGI: Entendemos que é sempre bom mantermos uma comunicação directa com os contribuintes, e assim, vamos levar a cabo uma série de palestras sobre o IVA de forma a esclarecer tudo sobre este imposto. Além das palestras, pensamos em instituir a rifa IVA, que é uma forma de difundir a mensagem. Este é um projecto que está a ser desenhado, mas entendemos que premiando aqueles que forem considerados os mais frequentes na emissão de facturas pode-se mudar este cenário e desenvolver uma cultura de emissão de facturas. Além desses mecanismos, também iremos intensificar a fiscalização, mas é preciso entender que a fiscalização não pode ser vista só no sentido negativo. Quando me dirijo a um estabelecimento comercial, se estiver algo de errado, naturalmente posso aconselhar para que faça a correção. O efeito dessas emissões pode ser imediato, mas também pode ter um efeito gradual. As equipas que estão a ser formadas irão trabalhar a nível nacional.

STV: Há indicações de que a AT está formar 200 funcionários, a nível nacional, como fiscalizadores da facturação. Como é que, no terreno, esse pessoal irá interagir com os agentes económicos?

DGI: Terão que se dirigir a cada um dos agentes - isto é, porta-a-porta - para aferir o grau de cumprimento desta obrigação. É a forma mais

prática de fazê-lo, mas irão fazê-lo em articulação permanente com outras estruturas da AT que se encontram em cada um dos locais e com todas as outras instituições de relevo a nível nacional.

STV: Outra questão relevante, quando se fala do IVA, é o reembolso, e esta é uma preocupação dos agentes comerciais, pois este processo tem sido feito, mas de forma muito lenta e burocrática. Qual é o ponto de situação em relação ao reembolso do IVA?

DGI: Temos ouvido esta reclamação de várias entidades, a de que o processo do reembolso é lento e burocrático, mas é preciso perceber que esta leitura não está correcta se tomarmos em conta os mecanismos que levam até ao pagamento do reembolso ao sujeito passivo. Se este solicita o reembolso e não constitui o processo como deve ser, naturalmente que a AT não pode prosseguir com a análise da legitimidade deste reembolso. E esses casos são frequentes e, às vezes, acontecem com o mesmo sujeito passivo. Não é apenas receber o pedido e depois pagar-se o reembolso; é preciso aferir a legitimidade desse reembolso, porque estamos a falar da retirada de receitas que entraram nos cofres do Estado, o que tem de ser visto com muito cuidado para não haver situações de pagamentos ilegítimos.

STV: Vamos supor que pertenço a uma empresa faço o pedido de reembolso e todo o meu dossier está completo; quanto tempo dura esse processo?

DGI: São apenas 30 dias para analisarmos o processo e iniciarmos o reembolso. Existem contribuintes que, felizmente, constituem devidamente os seus processos e, assim, o procedimento é facilitado.

STV: Quantos pedidos foram feitos no ano passado e qual

foi a capacidade de reembolso do IVA aos requerentes?

DGI: Do total dos pedidos solicitados em 2015, o peso do pagamento foi de 12, 43% relativamente ao valor solicitado. Não significa que os outros não foram pagos porque não merecem; o que está a acontecer é que ainda estamos a analisar os processos, ou então outros processos estão suspensos por diversas irregularidades.

STV: Que tipo de empresas apresentam essas irregularidades?

DGI: Não há um grupo específico. São empresas diversificadas com irregularidades no processo de reembolso.

Isso STV: quer dizer que, até certo ponto, é ilegítima esta ideia de que há demora no reembolso do IVA? Porque esta é

DGI: Simples quanto dar a receita que é cobrada do IVA. Faz-se a anulação da receita por conta do correspondente ao reembolso do IVA, isto é, o remanescente é que é usado para efectuar as diferentes despesas públicas, e o correspondente ao IVA é destinado ao pagamento do reembolso. E isso está a funcionar.

STV: Qual foi o valor que a AT reembolsou em 2015 e o que significou em relação aos pedidos feitos?

DGI: Em 2015, o total de pagamentos de reembolsos foi de 5.8 mil milhões de meticalis, o que corresponde a 12.4% da receita cobrada.

STV: Que tipo de empresas solicitam, geralmente, o reembolso do IVA?

DGI: O grosso delas são grandes empresas da área extractiva. Boa parte desse valor foi, em 2015, para essas empresas.

STV: Está em revisão o IVA. Quais são as linhas orientadoras para essa revisão?

DGI: Há a necessidade de se fazer essa revisão do Código do IVA, mas há que Salientar que, este ano, existe também o desafio de rever praticamente todo o pacote fiscal e as propostas estão a ser trabalhadas. Em relação ao IVA, estão a ser feitas algumas correções, já iniciadas o ano passado, ajustes para acomodar determinados aspectos. Neste momento, estamos nos preparativos do processo de revisão do IRPS, do IVA, do IRPC, da pauta aduaneira, entre outros, e o horizonte para fechar esse pacote é este ano. Voltando ao IVA, temos a preocupação relativamente ao sector da agricultura - há um conjunto de benefícios que devem ser revisados ou actualizados; no sector das obras públicas e outros.

STV: Nessa revisão, prevê-se o aumento do IVA ou vai-se manter nos actuais 17%?

DGI: Até este momento ainda não houve essa discussão de alteração da taxa.

STV: Temos vivido um ambiente económico difícil. No fim do ano passado sentiu-se um abrandamento dos níveis de captação de receitas - chegou-se perto, mas não se atingiu a meta; este ano, os sinais de instabilidade mantêm-se. Temos capacidade, ao nível dos impostos internos, de chegar às metas que a AT definiu?

DGI: É uma verdade qualquer perturbação pode afectar, directa ou indirectamente, a capacidade de colecta de impostos. Mas, até agora, as nossas indicações são as de que a meta estabelecida para 2016 será alcançada. E estamos a redobrar os esforços para contrariar qualquer factor adverso.

STV: Como foram os meses de Janeiro e Fevereiro em termos de captação de impostos?

DGI: Os resultados foram positivos se comparados ao igual período do ano passado. Esses são os dados que temos na Autoridade Tributária.



No I Conselho Coordenador do Ministério da Economia e Finanças

Maleiane insta disciplina e transparência financeira

Decorreu, de 30 de Março a 1 de Abril do corrente ano, o I Conselho Coordenador do Ministério da Economia e Finanças, no Município da Matola, Província de Maputo, um evento que juntou quadros seniores do pelouro e demais convidados.

Por: Bernardino Manhaussane

Coube ao Ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, tendo, na ocasião, passando em revista as actividades de 2015 e perspectivas para o ano em curso.

De acordo com Ministro da Economia e Finanças, o lema "Promovendo a Literacia Fiscal e Orçamental", traduz, por um lado, a essência dos imperativos de uma dedicação zelosa na mobilização da receita e gestão criteriosa dos recursos disponíveis, e por outro, a aposta em acções de consciencialização dos cidadãos para que estes conheçam as suas obrigações e direitos em matérias de natureza fiscal e aduaneira, o que

irá permitir a captação de receitas que são imprescindíveis no processo de desenvolvimento do país.

Fazendo uma retrospectiva de 2015, o Ministro da Economia e Finanças fez referência a ocorrência de calamidades naturais nas zonas sul e norte

do país, a redução do preço das principais mercadorias e matérias-primas no mercado internacional e o fortalecimento do dólar norte-americano que constituíram constrangimentos à economia nacional.

Numa outra abordagem, a



Em plano destacado, Adriano Maleiane, Ministro da Economia e Finanças, apreciando algumas publicações no âmbito da feira envolvendo o seu ministério e instituições tuteladas.



fonte destacou a estabilidade macroeconómica, a implementação de estratégias que propiciem o desenvolvimento humano e a promoção de um Estado de direito democrático como sendo os três grandes objectivos do pelouro, de acordo com o plasmado no Programa Quinquenal do Governo (2015-2019). Nesse sentido, o Ministro de Economia e Finanças identificou quatro áreas prioritárias que a economia nacional deverá concentrar mais esforços, nomeadamente, na agricultura, energia, infra-estruturas e turismo.

Adriano Maleiane instou que os debates do I Conselho Coordenador aprofundassem a análise em relação as medidas necessárias para incrementar os níveis de transparência e disciplina fiscal, reforçando a plataforma de diálogo entre o Governo e o povo.



Raimundo Diomba, Governador da Província de Maputo

Raimundo Diomba, Governador da Província de Maputo

O lema "Promovendo a Literacia Fiscal e Orçamental" remetemos numa reflexão profunda sobre o nosso papel no contexto da fiscalidade, instrumento fundamental da gestão económica.

Como é do nosso conhecimento, o grande desafio do país consiste em aumentar, de forma contínua, os níveis de arrecadação da receita para financiar a despesa pública, num contexto de maior rigor e escassez.



Calisto Cossa, Presidente do Conselho Municipal da Matola

Calisto Cossa, Edil da Matola

Este evento é de extrema importância para o debate de estratégias de intervenção na área económica do país, em prol de uma cada vez melhor gestão do erário público. Nesta ocasião gostaríamos de enaltecer a cooperação que tem sido apanágio do ministério de tutela financeira das autarquias locais, na garantia da alocação atempada de recursos provenientes das transferências do Estado para os municípios, viabilizando assim, a correcta implementação do nosso programa e dos planos anuais de actividade.

Evasão do IVA com dias contados

A Autoridade Tributária de Moçambique(AT) através do decreto 92/2014 de 31 de Dezembro, introduziu as Máquinas Fiscais, com o objectivo central de aumentar a arrecadação de receitas, pelo cumprimento das obrigações fiscais dos contribuintes do IVA e IPSC.

Por: Edna Simão



Presidente da AT, em visita a um dos estabelecimentos comerciais da Cidade de Maputo, no âmbito da campanha de fiscalização à facturação

Com o decorrer do tempo, o principal desafio da AT, tem sido estancar evasão fiscal em sede de IVA, causada sobretudo pela não emissão de facturas ou documentos equivalentes, particularmente por operadores económicos e de pequena e média dimensão.

Entretanto, como forma de solucionar este mal, surgiu a necessidade de criar a máquina fiscal, que consiste num dispositivo electrónico com capacidade de recepção, processamento, armazenamento e envio de informação relativas operações realizadas no balcão por retalhistas, grossistas e outros sujeitos passivos elegíveis à luz da

lei fiscal em vigor. O sujeito passivo deverá emitir o talão fiscal sempre que efectuar uma transacção de bens ou serviços e o equipamento limitar-se-á a fazer cumprir o estipulado na lei quanto ao IVA e ao ISPC nas vendas de bens e serviços.

Com a introdução das máquinas fiscais, espera-se

obter; maior produtividade das auditorias fiscais, melhor gestão de recursos da AT, mais transparência fiscal, aumento das receitas fiscais.

Neste contexto, para garantir o uso devido do equipamento em todos os estabelecimentos económicos, a Administração Tributária irá proceder com a fiscalização, com acesso directo ao sistema fiscal, solicitação de dados ao sujeito passivo e outras acções nos termos do Decreto.

As máquinas fiscais serão implementadas na República de Moçambique por etapas, estando previsto que a primeira seja concluída em Agosto de 2017.





Aly Mallá, Director Geral das Alfândegas

Janela Única Electrónica

Desobrigação de garantias preocupa Director Geral das Alfândegas

Por: José Massaruge

Foi a principal inquietação apresentada pelos agentes económicos num encontro havido na cidade da Beira, com o Director Geral das Alfândegas, Aly Mallá, que tinha como objectivo principal inteirar-se das necessidades e preocupações dos agentes económicos. Na ocasião, dentre as várias questões apresentadas pelos agentes económicos, a desobrigação de garantias na Janela Única Electrónica, por parte dos Agentes Alfandegários, foi a principal inquietação vivida no encontro, sendo vista por Aly Mallá, como uma questão preocupante, pelo que recomendou aos Serviços Provinciais das Alfândegas de Sofala a solução imediata do problema.



Alguns agentes económicos presentes no encontro

Numa operação considerada de vulto

Alfândegas frustram tentativa de contrabando de 372 caixas de whisky

Por: Bernardino Manhaussane

Como resultado de um trabalho de inteligência, as Brigadas Móveis, no âmbito das suas atribuições de fiscalização, apreenderam, no dia 04 de Março do corrente ano, na zona de Massaca, província de Maputo, duas viaturas contendo um total de 372 caixas de whisky contrabandeado.

A mercadoria vinha transportada numa viatura de marca Toyota Granvia, a qual continha um total de 200 caixas de whisky, sendo 170 de marca Hankey Bannister e 30 de marca Cattos, e outra viatura de marca Nissan Atlas, com matrícula estrangeira, contendo 172 caixas de whisky de marca Cattos. Ao se aperceberem da presença das Brigadas Móveis no terreno, os motoristas de ambas viaturas empreenderam uma fuga, tendo desviado na zona de Mafuiane, em direcção à Massaca. Mas nem com isso os contrabandistas lograram os seus intentos, tendo posteriormente sido interceptados num dos areiros de Massaca, fruto de uma longa perseguição por parte dos agentes das Alfândegas.

Em termos de valor aduaneiro, esta mercadoria está avaliada em cerca de 600.000,00MT, sendo que os direitos aduaneiros e demais imposições sujeitas estão estimados em cerca de 900.000,00MT.

Reagindo a esta apreensão, o porta-voz da AT, Haydn Castelo David, lançou um apelo aos importadores que enveredam pelo contrabando para que se apresentem às estâncias aduaneiras, pagando o que é devido ao Estado, de modo que, por um lado, não prejudiquem os seus concor-



rentes que normalmente declaram as suas mercadorias e cumprem com as suas obrigações, e por outro, realizem as suas actividades comerciais dentro da legalidade.

Refira-se que na sequência desta apreensão, será instaurado um processo fiscal e encaminhado ao tribunal adua-

neiro para trâmites legais. De acordo com a lei, uma vez respeitados os prazos legais, caso os proprietários não se apresentem às autoridades para cumprirem com as suas obrigações fiscais, a mercadoria, com a autorização do tribunal aduaneiro, será vendida em hasta pública.



Por parte de algumas empresas na Beira

Sonegação do imposto inquieta agentes económicos

Por: José Massaruge

“Muitos empresários compram mercadoria sem factura e revendem sem emissão duma factura, prevalecendo a questão COM IVA OU SEM IVA”. Foram com estas palavras que os agentes económicos dirigiram-se ao Director Geral dos Impostos Internos, Augusto Paulo Tacaíndua, num encontro que teve lugar na Cidade da Beira, no dia 09 de Março corrente, que tinha como objectivo interagir com o agentes económicos em procedimento do compromisso da relação que AT pretende estabelecer com a camada empresarial, tendo o DGI anunciado no momento, que 2016 foi eleito como ano do IVA e em torno disto vai

se incentivar as campanhas de fiscalização as empresas e introdução para breve de máquinas fiscais para permitir melhor controlo de vendas.

A falta de facturação na maioria dos estabelecimentos comerciais do país, no geral, e da cidade da Beira em particular, tende a causar desconforto aos agentes económicos que cumprem com rigor as suas obrigações fiscais com o Estado, o que contribui para a prática da corrupção por parte dos funcionários do Estado encarregues pela fiscalização.

Perante esta situação, os agentes económicos apelam

a a Autoridade Tributária a identificar a raiz do problema, a observância rigorosa da legislação fiscal por forma a permitir a captura de algumas áreas sonegadas. Já o vice-presidente da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, António Pinho vai mais longe em afirmar que a auditoria e fiscalização as empresas não é a solução do problema para o incremento da receita, dizendo que o preocupante é a fuga do imposto que advém da não facturação da mercadoria, apelando a sensibilização do cidadão a exigir a factura bem como o empresário a emitir a factura.

Educação Fiscal e Popularização do Imposto

Formação de Dissimuladores em matérias do IVA

Por: Helmano Nhatitima



Helmano Nhatitima, Chefe de Divisão de Educação Fiscal e Assistência ao Contribuinte

Como forma de garantir a continuidade do Processo de Educação Fiscal e alargamento da base Tributária, a Autoridade Tributária de Moçambique(AT), procedeu à capacitação de cerca de 40 activistas, pertencentes a ARO Moçambique e ANARA(Associação Nacional da Rapariga), no dia 24 de Março do ano corrente, no edifício sede da AT, no âmbito das parecerias existentes entre as instituições.

Espira-se que os formandos possam desenvolver acções de carácter educativo no seio da comunidade, como forma de impulsionar a disseminação do sistema tributário com enfoque no IVA.



Parte dos formandos

BT chega à sua 100ª edição

É um marco digno de reflexão. Foi neste contexto que a equipa do Boletim Tributário (BT) decidiu entrevistar alguns dos protagonistas desta publicação, para colher a sua avaliação relativamente ao impacto do BT na vida da instituição, bem como auscultar as suas contribuições para o seu aperfeiçoamento. Acompanhe a seguir.



Catarina Nehemia- 1ª Directora do Gabinete de Comunicação e Imagem

Fui nomeada primeira Directora do Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI), pelo antigo Presidente da AT, o Dr. Rosário Fernandes. Nessa altura o primeiro Boletim Informativo (designação anterior) foi lançado em Abril de 2007, tendo contado, para a sua redacção, com o apoio de todos colegas do gabinete e, também, na área da maquetização, com um colaborador voluntário, o actual Chefe da Divisão de Comunicação e

Imagem, Haydn Castelo David.

A equipa que produzia o Boletim Informativo era composta pelo então chefe de Divisão de Comunicação, Dr. Albano Naramula, já falecido, a então Chefe de Divisão de Educação Fiscal, Mara Pinto, Liez Victorino, Suzana Raimundo e também pelos colegas que pertenciam à Repartição das Relações Públicas das Alfândegas, que foram transferidos para o Gabinete, nomeadamente, Fernando Tinga, Orlanda Nhantumbo, Hélio Comé e Ricardo Nhantumbo.

O Boletim Informativo foi criado com intuito de dar a conhecer a todos funcionários e ao público interessado todas as actividades importantes

que decorriam na Autoridade Tributária de Moçambique.

Actualmente o BT está muito mais desenvolvido no que tange à qualidade de impressão, maquetização, textos, fotografias, redacção, etc, o que demonstra o esforço empreendido por todas equipas subsequentes e deixa bastante satisfeitos os pioneiros desta ideia, pois enaltece o objectivo da sua criação que, também, era de expandir-se a nível do país, quiçá fora de Moçambique.

Sugiro que sejam resgatadas algumas rúbricas das primeiras edições, nomeadamente, anedotas, palavras cruzadas, adivinhas, etc, como forma de dinamizar o actual BT.



Suzana Raimundo: Ex-Directora do Gabinete de Comunicação e Imagem

O BT é importante para a AT pois é através desta publicação que os funcionários a

nível do país tomam conhecimento de assuntos actualizados que acontecem dentro e fora da instituição.

Um passo importante que a instituição deu relativamente às publicações foi a criação de outros boletins a nível regionais, que permitiu maior divulgação de informações no

seio dos funcionários. Contudo, neste processo de expansão surgiram alguns constrangimentos devido à falta de harmonização e coordenação das informações, sendo que, a meu ver o ideal seria a criação de um boletim com padrão único, simples e objectivo.



Dra. Eva Trindade: Ex-Directora do Gabinete de Comunicação e Imagem

instituição.

O importante e marcante é que quem hoje pegar os Boletins Informativos da AT de 2009-2010 e os de 2015-2016 saberá a história da AT, compreenderá a evolução desta instituição, saberá quem são os construtores desta história.

O BT está a exercer a função para a qual foi criado, pois constitui um instrumento de comunicação que evolui bastante e, provavelmente, continuará a evoluir, mas deve sempre pretender levar ao conhecimento dos funcionários da AT e do público externo os serviços, a legislação

tributária, estudos tributários realizados, artigos de opinião, ordens de serviço, decisões tomadas em Conselhos de Fiscalidade, Seminários Nacionais da AT, as suas realizações, etc. Deve também ser muito mais abrangente. Refiro-me aqui às diversas unidades orgânicas da AT. Seria bom trazer a história dos funcionários da AT, os seus desafios, as suas frustrações, os já reformados e os que ainda estão no activo. O Boletim Informativo da AT deveria servir, também, de fonte de consulta sobre matérias tributárias para estudantes, jornalistas, investidores.

O Boletim Informativo da AT foi criado para ser um instrumento de comunicação interna e externa. Pretendia-se dar a conhecer as atribuições da AT, os serviços que esta instituição proporciona, bem como os destinatários destes serviços. Para o público interno, os funcionários da AT, o objectivo era divulgar, no seio destes, as realizações da sua



Lemos Formiga: Ex-Director do Gabinete de Comunicação e Imagem

de conteúdo e qualidade de produção. No que foi a minha vivência no período em que estive a trabalhar directamente no Gabinete, senti que esta publicação marcou uma parte muito importante dos 10 anos da AT, dos quais fiquei sensivelmente 6 anos.

O que se pretende com um instrumento de comunicação como o BT, é que haja mais fluidez da informação, onde todos possam interagir, discutir, convergir, trocar opiniões. O BT funciona, quanto a mim, como um elemento agluti-

nador da família tributária. É também um documento que fica para posteridade, porque é onde temos relatórios, planos de trabalho, fotografias.

A meu ver, há que fazer de tudo para que esta publicação seja mantida. Bem haja o BT!

O Boletim Tributario (BT), vem trazer mais-valia, na medida em que permite que todas as estratégias e as realizações da AT sejam documentadas.

Ao nível da AT, através do GCIm, achou-se por bem a criação do BT, que passou por várias fases de melhoramento, sob ponto de vista



Ricardo Nhamumbo: Chefe de Repartição de Relações Públicas e Imprensa

No princípio não havia meios, tivemos que começar do zero. Nessa altura, o então Chefe da Divisão de Comunicação e Imagem, Albano Naroromele, possuía muita experiência na área de jornalismo. Já, nós outros éramos amadores. Em termos de maquetização do boletim, tivemos de solicitar os préstimos do actual chefe de Divisão, Haydn Castelo David, que era na altura um estudante de informática, que decidiu apoiar-nos sem cobrar absolutamente nada.

Lembro-me que na edição zero, que tinha quatro pági-

nas, publicamos uma matéria dando conta da ajuda que a instituição prestou aos funcionários vítimas do incidente de Paiol em Maputo, na qual estive encarregue de fazer as primeiras imagens e o Dr. Albano, os respectivos textos. Depois desta publicação, os colegas ficaram mais incentivados a trabalhar, mas pela sua exigência tivemos de redobrar os esforços. Com efeito, todos nós, os colaboradores, tínhamos de fazer um pouco de tudo (tirar fotos e escrever textos) e possuíamos secções duras de planificação. Foram momentos marcantes!

O BT actual vem responder aos desafios actuais, que são incessantes e vão continuar

a existir, sendo que o mais importante é trazer informação generalizada. Recordo-me que fomos duramente criticados pelo facto de priorizarmos somente notícias da elite. Na verdade, há uma necessidade de descentralizar esta comunicação e irmos para aqueles que são os fazedores da receita, pois no fundo o que deve constar no Boletim são as políticas e as realizações da instituição a nível do país, abrangendo todos os funcionários que realmente trazem a receita.

Mas, em termos de evolução, o BT deu um salto muito positivo no que se refere aos assuntos abordados, bem como à sua apresentação gráfica.



Helmano Nhatitima: Chefe de Divisão de Educação Fiscal e Assistência ao Contribuinte

Eu faço parte da equipe que presenciou a criação Boletim Informativo em 2007, que na altura também coincidia com a recente criação da Autoridade Tributária de Moçambique. O Boletim surgiu através do consenso mútuo do GCIm, como forma de di-

vulgar tudo aquilo que eram as actividades da instituição, constituindo uma ferramenta extremamente importante no que se refere à divulgação dos objectivos da instituição, as metas e os desafios.

No princípio, todos colaborávamos com o trabalho do Boletim, tanto na escrita e nas fotografias. Eu, particularmente, escrevia textos, com a acessoria dos grandes quadros da área de jornalismo e fotográfica que faziam parte

da Divisão de Comunicação e Imagem. Portanto, possuíamos uma formação prática e constante. Através destas formações foi possível aprendermos muita coisa, aperfeiçoarmos o trabalho e adquirir competências necessárias para elaboração de um Boletim institucional capaz de responder aos objectivos da época.

Recordo-me que por incumbência do antigo presidente da AT, efectuámos um tra-

balho a nível nacional, que consistiu em fotografar todas as instalações e entrevistar aos colegas locais, afim de obter a sensibilidade real das dificuldades e sobre as condições de trabalho. Após apresentação do relatório deste trabalho foi possível reestruturar, construir e inovar todos os serviços e produtos, bem como as instalações da AT.

O Boletim actual apresenta uma boa imagem gráfica, mas conforme afirmou no início, quando foi criado o GCIm este estava dotado de profissionais experientes na área de comunicação que garantiam a qualidade do Boletim, mas infelizmente pelas circunstâncias e as mudanças constantes a nível institucional, grande parte dos funcionários deixaram de fa-

zer parte do Gabinete, estando neste momento a contar, para a sua produção, somente com dois colegas, nomeadamente, o editor e o maquetizador, facto que não permite maior eficácia do trabalho. Creio que seria uma mais-valia para AT preocupar-se com a procura e movimentação de mais quadros qualificados que garantam a publicação do Boletim Tributário.



Haydn Castelo David: Chefe de Divisão de Comunicação e Imagem e Porta-voz da AT

Dentre vários desafios existentes para esta publicação irei destacar somente um, sendo este o mais importante para que o Boletim possa cumprir com o seu objectivo. Actualmente existe o Boletim Tributário, considerado principal produzido a nível do GCIm-sede, em Maputo. Mas, para além deste existem outros boletins informativos a nível das regiões com objectivo de cobrir e divulgar as actividades da AT a nível da região, a destacar, o Mossoco, produzido a nível da zona centro, o Nortinformativo, produzido a nível da zona norte. Para além destes dois regionais existem também outros boletins que foram criados para divulgar projectos específicos, como o e-Tributação e o IFPFT Notícias, e por fim o Mais-Valia, que foi concebido com intuito de divulgar todas as informações a nível dos megaprojectos, tributações

de mais-valias, entre outros boletins.

O facto de existirem todos os estes boletins na instituição conduz a desvantagens, dentre as quais, a falta de recursos humanos em termos de quantidade e qualidade, o custo alto de produção derivado das diversas produções independentes, a disparidade de identidade visual entre os boletins existentes, a incapacidade de comunicação interna e falta de acesso a informação. Portanto, seria importante colmatar todos estes obstáculos para que num futuro próximo possamos ter um boletim mais abrangente e que alcance os objectivos da instituição. No caso específico do Gabinete central-sede actualmente a produção do Boletim Tributário conta praticamente com um funcionário, que por sua vez, alia-se aos estagiários que aparecem por um período determinado e nem sempre possuem qualificações, visto que estes procuram a instituição com intuito de aprender, situação que repete-se nas

outras regiões.

Recentemente foram debatidos vários aspectos referentes ao BT na 1ª Reunião Nacional do GCIm, a qual contou com a participação de todos intervenientes a nível do país, e concluiu-se que a melhor maneira de solucionar todas as anomalias existentes actualmente seria a criação de um único Boletim Tributário, que abrangeria todo país, com uma identidade e impressão de qualidade, com uma distribuição por igual, com custo de produção reduzido respondendo a actual situação financeira, com maior contribuição a nível de recursos humanos, visto que todos actuais colaboradores e coordenadores iriam passar a concentrar-se apenas numa única publicação.

Com esta medida, aliada à maximização da distribuição do BT, com recurso à plataforma digital/electronica pretende-se alcançar todos os colegas e, quiçá, todos cidadãos interessados em conhecer mais e melhor a AT.



Feliciano Lecuane: Director do GCI

Em primeiro lugar, louvo a equipe que criou e idealizou o Boletim Tributário, pois constitui uma mais-valia no que tange à divulgação e promoção das actividades da AT. Neste momento os grandes objectivos são de aprimoramento constante da forma

como é feito o BT, pese embora estejamos a passar por vários constrangimentos para a sua impressão, devido à actual conjuntura financeira. Contudo, mesmo com estas dificuldades temos feito a produção normal do BT, o qual enviamos por via electrónica para todos os funcionários, afim de mantê-los informados sobre todos os acontecimentos da instituição.

Por outro lado, estamos a envia-

relançamento da Revista Tributária, porque acreditamos que esta sera mais abrangente, pois contempla todos os acontecimentos da instituição num período semestral e alcançará o público interno e externo.

Em geral, creio que seria uma mais-valia que o BT pudesse contar mais com a colaboração dos funcionários a nível do país, afim de garantir maior quantidade e qualidade de informações.

Com os serviços da **Janela Única** agora é mais fácil Importar mercadorias



De lá pra cá...

BOLETIM **tributário**

TRIBUTÁRIO

RECEITA EXPANSÃO INTEGRIDADE

Esses resultados se têm graças, acima de tudo, ao trabalho árduo da Autoridade Tributária de Moçambique, com a colaboração de toda a equipa técnica de Insupecção, Anabela Haldina.

“Simplifica os DTP mantendo os Papéis”

“É fácil de usar”

CENTRAL DE SERVIÇOS

BOLETIM **tributário**

TRIBUTÁRIO

Alargando Digital: Envolvimento Progressivo

“Trabalha em parceria com o contribuinte”

“Trabalha em parceria com o contribuinte”

“Trabalha em parceria com o contribuinte”

BOLETIM **tributário**

TRIBUTÁRIO

AIY MALLO, NOVO DIRECTOR DAS ALFANDEGAS

Alfândega Moçambique recebe novo director

Novo DCA aplica os princípios da BICA

BOLETIM **tributário**

TRIBUTÁRIO

Cooperar para melhor servir

“Ser melhor é uma única, única ideia”

“Ser melhor é uma única, única ideia”

CENTRAL DE SERVIÇOS

BOLETIM **tributário**

TRIBUTÁRIO

Contribuinte 3 milhões!

“Trabalha em parceria com o contribuinte”

“Trabalha em parceria com o contribuinte”

CENTRAL DE SERVIÇOS

BOLETIM **tributário**

TRIBUTÁRIO

Um tributo aos que tributam

AT supera meta do Orçamento Rectificativo 2013

Mandlakazi, o Poço-modelo, da Coabrança

Boletim Informativo

Administração Tributária de Moçambique

Departamento de Comunicação e Imagem

PARO A PARO

Autarquia Tributária em pleno Desenvolvimento

ARRANCA ANOCTIVO NO IFPT

EXPORTAÇÕES PODERÃO INCREMENTAR RECEITAS

DELEGAÇÃO NORUEGUESA VISITA AT

A receita

BOLETIM INFORMATIVO

Administração Tributária de Moçambique

Departamento de Comunicação e Imagem

17 de Fevereiro 2013 - Edição nº 41

ARRANCA ANOCTIVO NO IFPT

EXPORTAÇÕES PODERÃO INCREMENTAR RECEITAS

DELEGAÇÃO NORUEGUESA VISITA AT

A receita

Boletim Tributário

ADCAO, Edição nº Abril, Junho 2013

Licções europeias

Confira nesta edição o que a viagem do P-AT aos países nórdicos pode nos proporcionar em matéria de administração tributária moderna

TODOS JUNTOS FAZEMOS MOÇAMBIQUE

8 História 8 de Março

Compilado Por: Edna Simão

O dia 8 de Março é o resultado de uma série de factos, lutas e reivindicações das mulheres (principalmente nos EUA e Europa) por melhores condições de trabalho e direitos sociais e políticos, que tiveram início na segunda metade do século XIX e estenderam-se até as primeiras décadas do XX.

No dia 8 de Março de 1857, trabalhadores de uma indústria têxtil de Nova Iorque fizeram greve por melhores condições de trabalho e igualdades de direitos trabalhistas para as mulheres. O movimento foi reprimido com violência pela polícia. Em 8 de Março de 1908, trabalhadoras do comércio de agulhas de Nova Iorque, fizeram uma manifestação para lembrar o movimento de 1857 e exigir o voto feminino e fim do trabalho infantil. Este movimento também foi reprimido pela polícia.

No dia 25 de Março de 1911, cerca de 145 trabalhadores (maioria mulheres) morreram queimados num incêndio numa fábrica de tecidos em Nova Iorque. As mortes ocorreram em função das precárias condições de segurança no local. Como reacção, o facto trágico provocou várias mudanças nas leis trabalhistas e de segurança de trabalho, gerando melhores condições para os trabalhadores norte-americanos.

Porém, somente no ano de 1910, durante uma conferência na Dinamarca, ficou decidido que o 8 de Março passaria a ser o "Dia Internacional da Mulher", em homenagem ao movimento pelos direitos das mulheres e como forma de obter apoio internacional para luta em favor do direito de voto para as mulheres (sufrágio universal). Mas somente no ano de 1975, durante o Ano Internacional da Mulher, que a ONU (Organização das Nações Unidas) passou a celebrar o Dia Internacional da Mulher em 8 de Março.

O objectivo da Data

Ao ser criada esta data, não se pretendia apenas comemorar. Na maioria dos países, realizam-se conferências, debates e reuniões cujo objetivo é discutir o papel da mulher na sociedade atual. O esforço é para tentar diminuir e, quem sabe um dia terminar, com o preconceito e a desvalorização da mulher. Mesmo com todos os avanços, elas ainda sofrem, em muitos locais, com salários baixos, violência masculina, jornada excessiva de trabalho e desvantagens na carreira profissional. Muito foi conquistado, mas muito ainda há para ser modificado nesta história.